



**Publicação
Preliminar**

Remunerações dos servidores civis ativos do Executivo federal (1999-2020)

Autores(as): Felix Lopez e José Teles
Produto editorial: Nota Técnica
Cidade: Rio de Janeiro
Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano: 2020
Edição 1

O Ipea informa que este texto não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

Para contribuir nas discussões públicas sobre características do funcionalismo público brasileiro, detalhamos nesta nota aspectos relativos à trajetória da remuneração¹ dos servidores públicos federais ativos, de 1999-2020, com base em dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape).

Deve-se ter em conta que o Executivo federal ativo representa, hoje, menos de 10% dos servidores civis do país (Ipea, 2020) e seu perfil é, comparativamente ao funcionalismo dos estados e municípios, bastante distinto. A análise exclui os militares federais, cujos dados não estão disponíveis no Siape.

As remunerações variam em função de características dos cargos, regimes e tipos de vínculo com o setor público, bem como em função de atributos e características dos servidores. Entretanto, discutimos nesta nota apenas alguns dos aspectos gerais das remunerações.

Remunerações médias dos servidores federais civis ativos

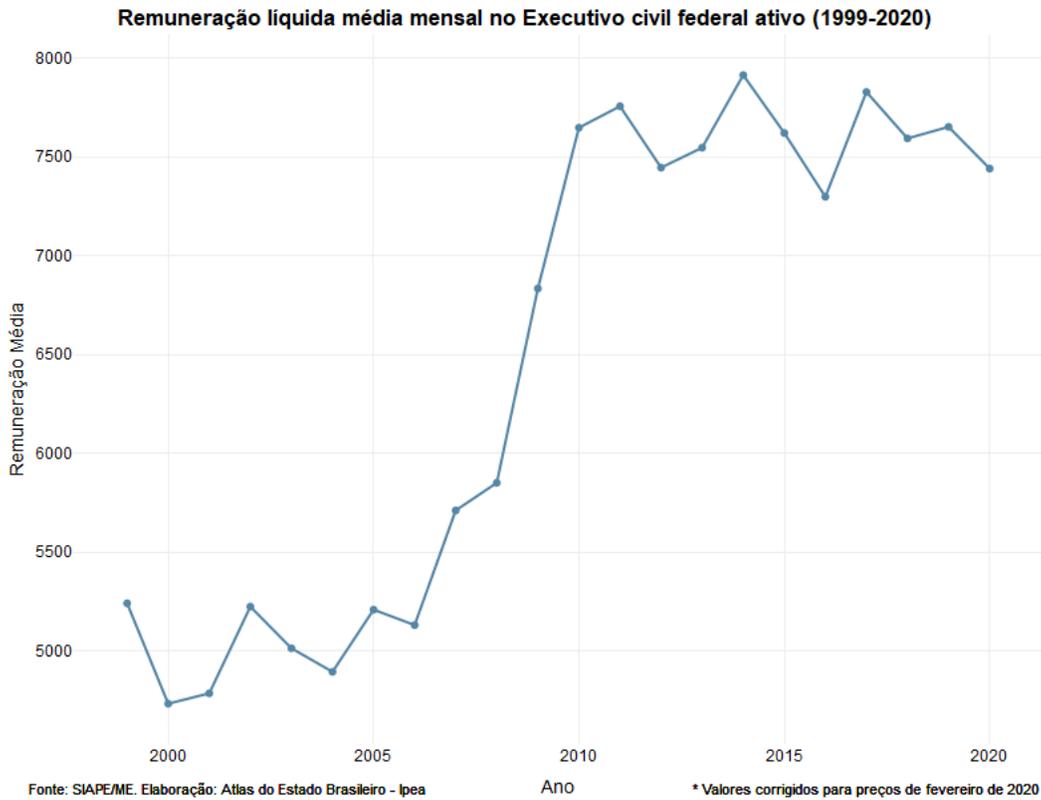
Em 2020, havia aproximadamente 600 mil servidores civis federais ativos, em um universo de aproximadamente 12 milhões vínculos de trabalho no setor público ativos no país.²

De 1999 a 2020, a remuneração líquida mensal média passou de R\$ 5,2 mil para R\$ 7,4 mil, que representa uma elevação de 42%, em 21 anos (figura 1). A trajetória indica um aumento das remunerações a partir de 2004 a 2010 e estabilidade desde então.

¹ Todas as remunerações foram corrigidas pelo IPCA para preços de fevereiro de 2020. Foram retirados da análise todos os vínculos cujos salários líquidos foram declarados como zero, além de estagiários, aprendizes e pessoas sem vínculo com o serviço público. Para mais informações sobre remunerações no setor público, consultar <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>

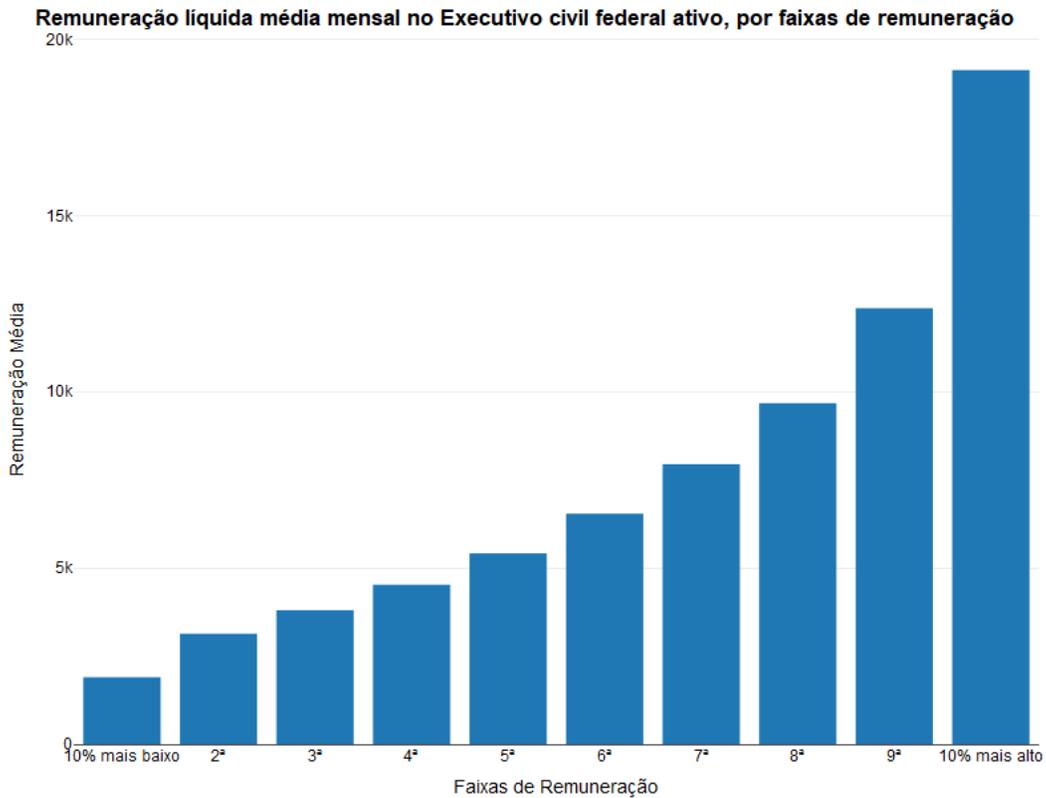
² Não estão incluídas as contratações por meio de terceirização.

Figura 1



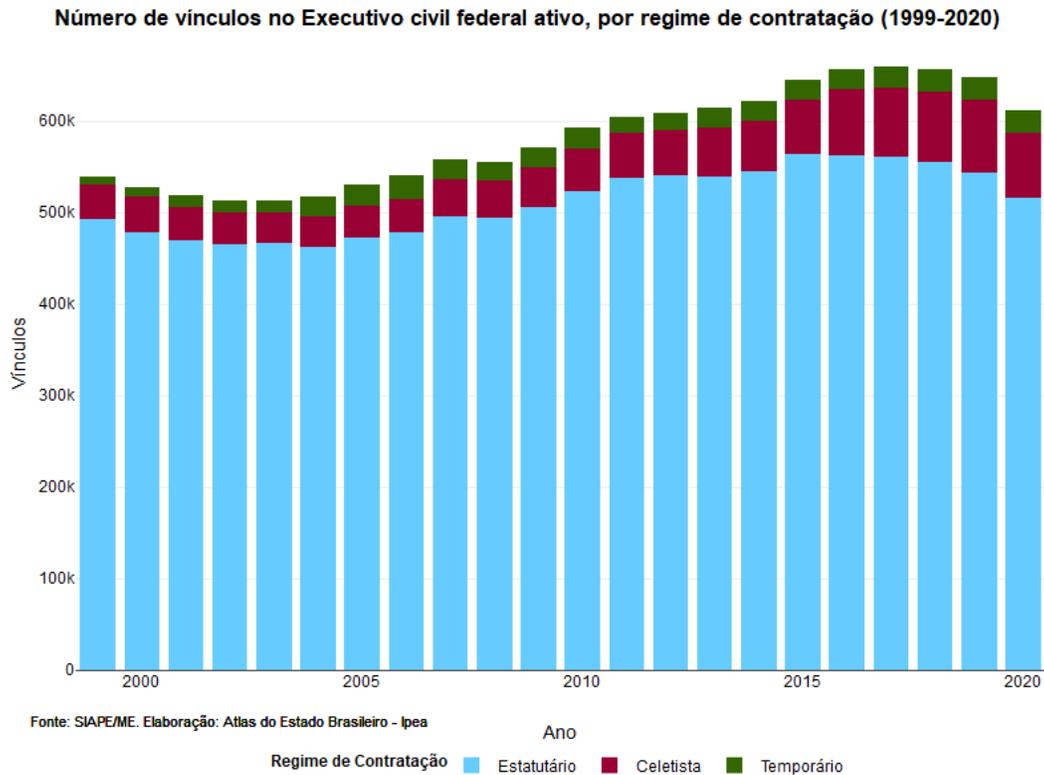
Em 2020, 50% dos servidores receberam até R\$ 5.922 e 90% receberam até R\$ 13.992. A remuneração média do segmento que compõe os 10% com maior remuneração foi de R\$ 19,1 mil, um aumento de 37% com relação ao ano 2000. Entre os 10% com menor remuneração, o líquido médio passou de R\$ 1,1 mil, em 2000, para R\$ 1,9 mil, em 2020, um crescimento de 72%.

Figura 2



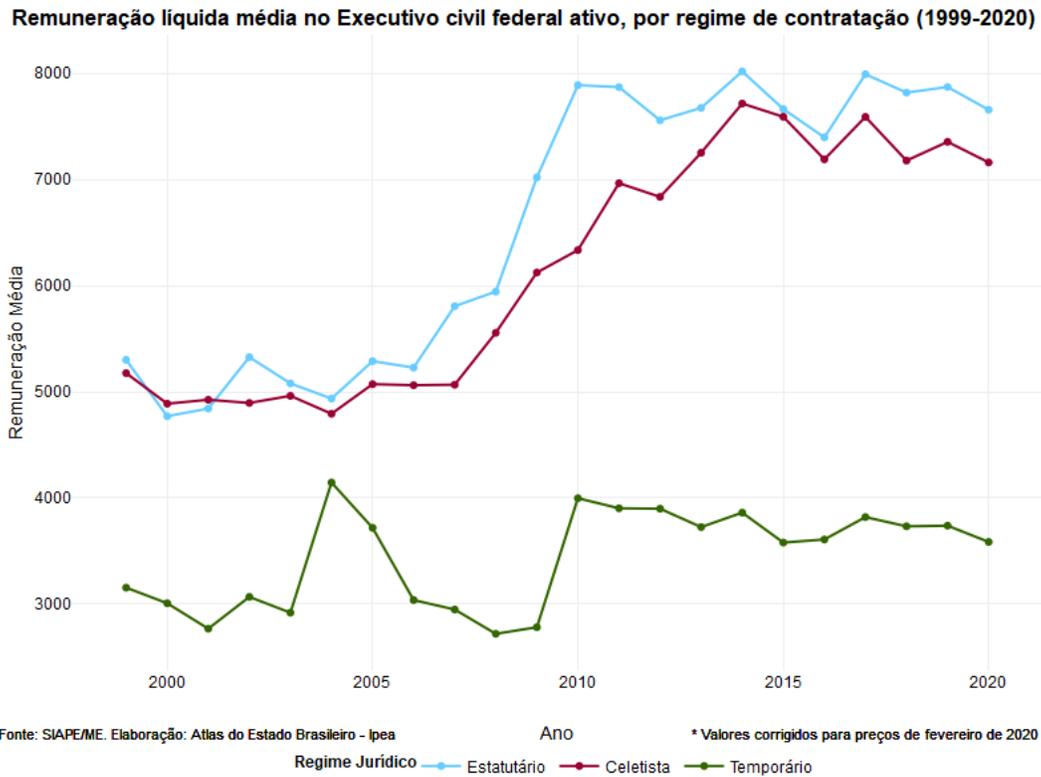
Os servidores contratados por meio de Regime Jurídico Único são a maioria, embora o total absoluto e relativo tenha diminuído no tempo, e contratações celetistas e temporárias tenham se ampliado no período. O número total de celetistas ou servidores com vínculo temporário (excluídas a contratação de terceirizados) passou de 46569 para 96168, um aumento de 107%.

Figura 3



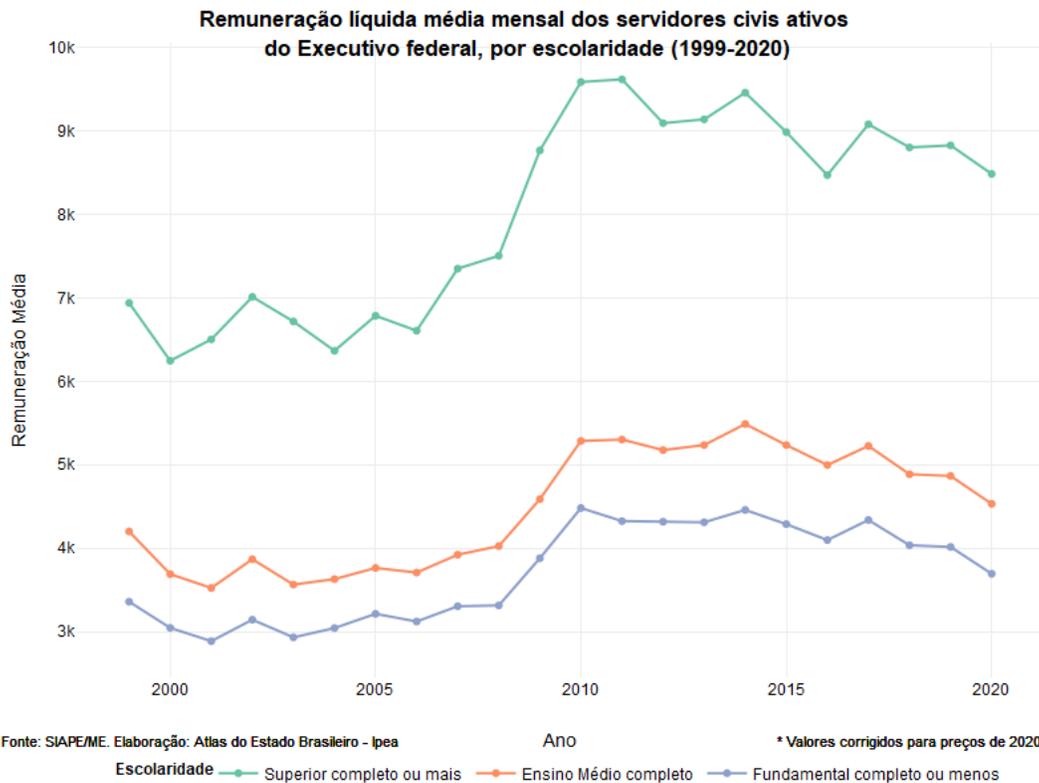
A remuneração líquida média mensal dos estatutários aumentou de R\$ 5,3 mil para R\$ 7,6 mil. A remuneração dos contratados pelo regime da CLT passou de R\$ 5,2 mil para R\$ 7,2 mil. Entre os trabalhadores com vínculo temporário, o valor médio passou de R\$ 3,1 mil para R\$ 3,6 mil. Registre-se, entre estatutários e celetistas, houve aumento dos valores médios de 2005 a 2010. Para as três categorias, os valores se mantiveram estáveis ou se reduziram, de 2010 a 2020.

Figura 4



A remuneração mais elevada é sempre a dos servidores em cargos com nível superior, significativamente acima dos servidores em cargos de Ensino Médio ou em cargos que pedem ensino Fundamental. Em 1999, a remuneração líquida média do primeiro grupo foi de R\$ 6938, mais de 50% superior à média dos servidores com apenas o ensino secundário concluído. Em 2020, essa diferença se ampliou para 87%. De 1999 a 2020, os servidores que concluíram a graduação tiveram um aumento real de 22% na remuneração líquida média, frente a 8% daqueles com Ensino Médio e 10% dos que possuem apenas o Fundamental.

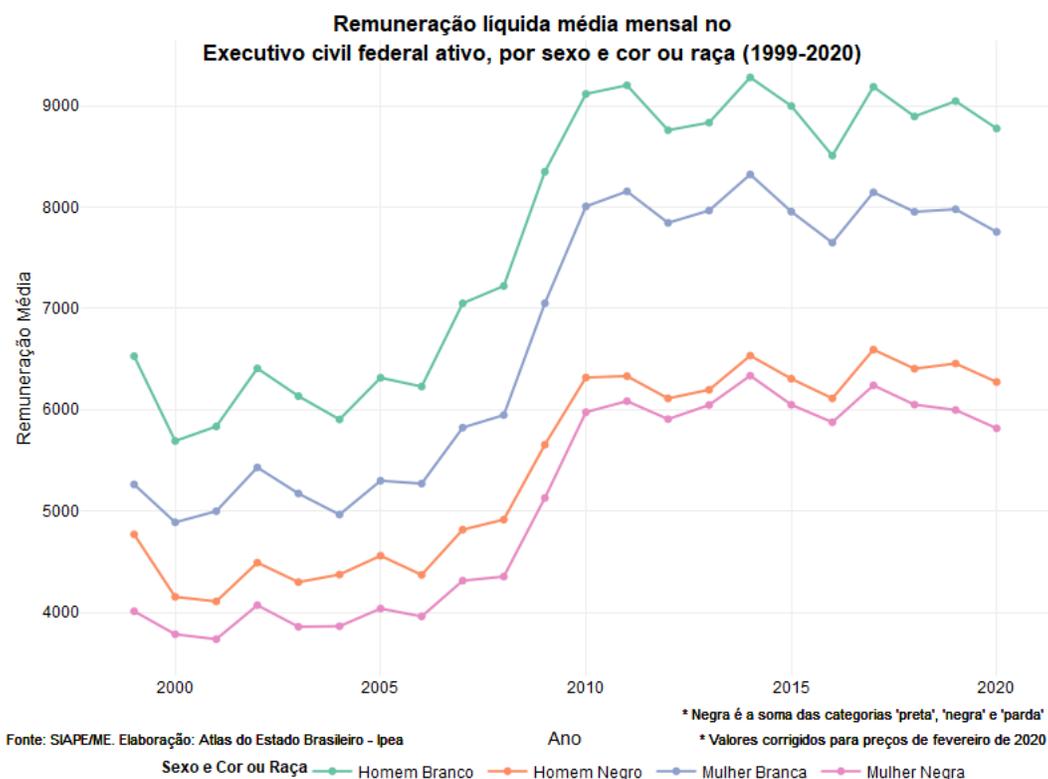
Figura 5



Em uma clivagem por cor/raça³ e por sexo, em toda a série homens brancos recebem remuneração média mensal superior às mulheres brancas. Estas, por sua vez, aparecem acima dos homens negros. As mulheres negras têm as menores remunerações médias.

³ A variável de cor ou raça, no Siape, apresentava, em 1999, um percentual de não preenchimento em torno de 20%. Esse número melhora ao longo da série, chegando a 2020 com apenas 5.5% de não informados.

Figura 6



A tabela 1 mostra os valores dos vencimentos líquidos médios dos homens brancos por ano, seguidos pela razão entre seus rendimentos e os de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, respectivamente. Em 1999, por exemplo, o salário líquido médio de um homem branco é 1,24 vezes mais alto que o de uma mulher branca. Em 2020, essa razão é de 1,13 vezes. Entre 1999 e 2020, portanto, houve ligeira queda da diferença salarial proporcional entre homens brancos e mulheres brancas, acompanhada por aumento da distância entre os primeiros e os homens negros, e queda com relação às mulheres negras.

Tabela 1 – Razão de vencimentos por gênero e cor ou raça

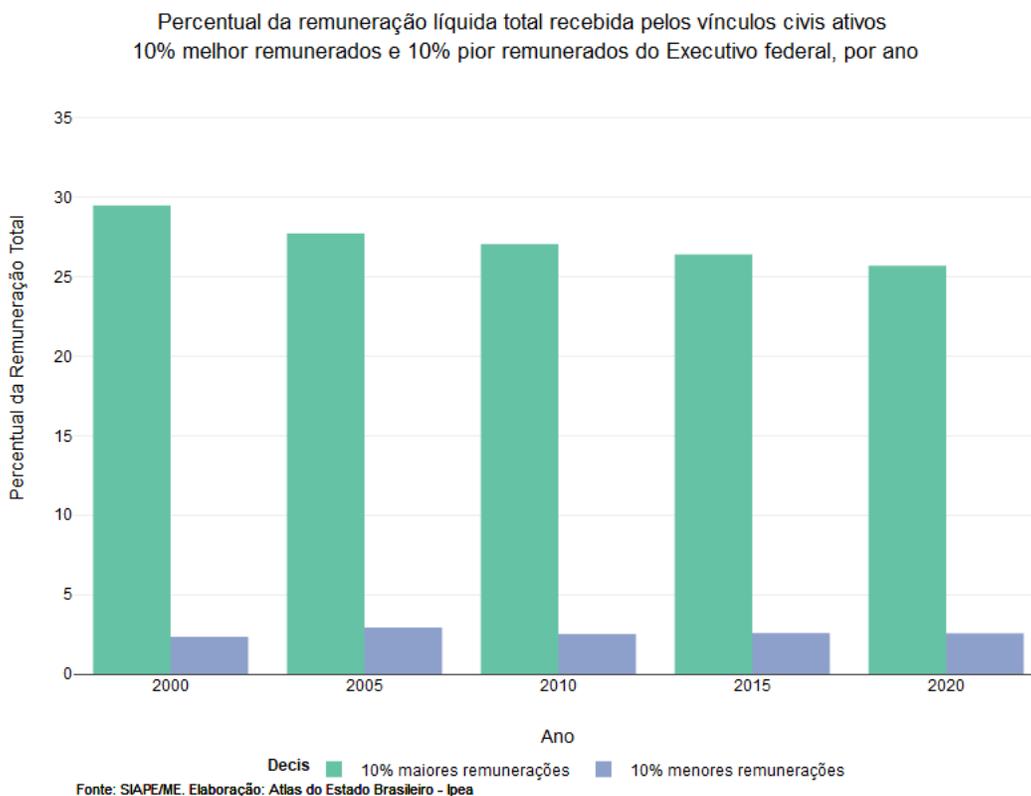
Ano	Homem Branco	Razão Mulher Branca	Razão Homem Negro	Razão Mulher Negra
1.999	6.527	1,24	1,37	1,63
2.000	5.690	1,16	1,37	1,50
2.001	5.834	1,17	1,42	1,56
2.002	6.407	1,18	1,43	1,57
2.003	6.133	1,19	1,43	1,59
2.004	5.903	1,19	1,35	1,53
2.005	6.314	1,19	1,39	1,56

2.006	6.227	1,18	1,43	1,57
2.007	7.049	1,21	1,46	1,63
2.008	7.220	1,21	1,47	1,66
2.009	8.348	1,18	1,48	1,63
2.010	9.116	1,14	1,44	1,53
2.011	9.201	1,13	1,45	1,51
2.012	8.758	1,12	1,43	1,48
2.013	8.833	1,11	1,43	1,46
2.014	9.279	1,12	1,42	1,46
2.015	8.997	1,13	1,43	1,49
2.016	8.507	1,11	1,39	1,45
2.017	9.186	1,13	1,39	1,47
2.018	8.893	1,12	1,39	1,47
2.019	9.045	1,13	1,40	1,51
2020	8.774	1,13	1,40	1,51

Os valores apontam também a interseção entre cor e raça para compreender aspectos da estratificação salarial e status ocupacional no Executivo federal. Por haver isonomia salarial entre cargos, o que ocorre é que a distribuição desigual dessas características atribuídas (cor/raça e sexo) se combina com atributos adquiridos (escolaridade, por exemplo), para explicar a distribuição das pessoas entre cargos com diferentes remunerações médias ou tipos de vínculos de trabalho. Em fevereiro de 2020, por exemplo, 62% dos servidores civis ativos do Executivo federal com nível superior eram brancos, frente a 30% de negros, enquanto, entre os que tinham até o Ensino Fundamental, 53% eram negros e 28%, brancos. Deve-se explorar de modo mais detalhado a composição dos atributos herdados dos ocupantes de cargos para avançar na análise dessas relações.

Em 2000, 29,5% do total dos valores pagos em salários foi destinado aos 10% com maior remuneração. Esse percentual caiu para 25,7%, em 2020. Os 10% com menor remuneração detinham 2,3% das remunerações líquidas, em 2000, e o percentual subiu para 2,6%, em 2020. Houve, portanto, um ligeiro movimento de desconcentração das remunerações entre os decis, no período considerado.

Figura 7



Para complementar a análise das remunerações, listamos como elas se distribuem entre os cargos do Executivo federal. As tabelas 2 e 3 contêm, respectivamente, os dez cargos com os maiores e menores salários líquidos médios em fevereiro de 2020, seus respectivos órgãos e quantidade de vínculos de trabalho. Excluimos da lista os cargos com menos de trezentos vínculos ativos. Entre os 10 cargos com maior remuneração encontram-se auditores fiscais e delegados da Polícia Federal, carreiras típicas de Estado. Entre os dez cargos com remunerações mais altas, quatro são vinculados ao Ministério da Economia (ME), dois a Polícia Federal (PF), um a Advocacia Geral da União (AGU) e um a Defensoria Pública da União (DPU), indicando a predominância de órgãos das áreas financeiro-administrativa e de segurança e judiciária entre as remunerações mais altas do funcionalismo do Executivo federal.

Tabela 2 – Dez cargos com maiores remunerações médias do Executivo federal (2020)

Ano	Órgão	Carreira	Vínculos	Remuneração Líquida
2020	EMBRAPA	PESQUISADOR-A	2.007	23.325
2020	CPRM	PESQUISADOR EM GEOCIENCIA	557	21.730
2020	ME	AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL	8.308	20.285
2020	PF	DELEGADO DE POLICIA FEDERAL	1.668	20.259

2020	ME	AUDITOR FISCAL	2.117	20.053
2020	PF	PERITO CRIMINAL FEDERAL	1.132	19.864
2020	AGU	ADVOGADO DA UNIAO	1.732	19.415
2020	ME	ANALISTA DE COMERCIO EXTERIOR	368	19.252
2020	DPU	DEFENSOR PUBLICO DA UNIAO	638	19.140
2020	ME	PROCURADOR DA FAZENDA	2.107	19.011

Os de menor remuneração, a seu turno, são em geral vinculados aos ex-territórios e à estrutura dos hospitais universitários. São cargos vinculados a funções mais operacionais, como auxiliares, motoristas e técnicos, além de cargos em via de desaparecimento, como o de datilógrafo. A décima remuneração média mais alta (R\$ 19.011) é mais de sete vezes maior que a mais baixa (R\$ 2.635).

Tabela 3 – Dez cargos com as menores remunerações médias do Executivo federal (2020)

Ano	Órgão	Carreira	Vínculos	Remuneração Líquida
2020	HCPA	PROF SERV OPERACIONAIS II	321	2.635
2020	EX-TER/RO	AUXILIAR OPERACIONAL	2.691	2.721
2020	EBSERH	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - 40	2.449	2.763
2020	EX-TER/RR	AUXILIAR OPERACIONAL	1.022	2.766
2020	EX-TER/RO	MOTORISTA	425	2.783
2020	EBSERH	TECNICO EM RADIOLOGIA	559	2.878
2020	EX-TER/AP	AUXILIAR OPERACIONAL	711	2.908
2020	C.EX	AUXILIAR OPERACIONAL	663	2.984
2020	EX-TER/RR	AGENTE DE PORTARIA	322	3.156
2020	EX-TER/AP	DATILOGRAFO	412	3.178

Considerações Finais

Por fim, algumas conclusões preliminares podem ser feitas a partir do estudo dos dados apresentados acima. Primeiro, entre 2000 e 2020, houve aumento da remuneração média real dos servidores civis federais, concentrada entre 2004 e 2010. Esse crescimento se deve, principalmente, à ampliação da escolaridade dos servidores no período, quando aqueles com nível superior, que recebem maiores salários, se tornaram maioria. Segundo, tais ganhos salariais não conseguiram fazer frente às desigualdades remuneratórias existentes no Executivo federal, particularmente aqueles de gênero e raça. Isso ocorreu principalmente porque a maior parte do crescimento remuneratório ocorreu entre os servidores com nível superior, onde os brancos são super-representados e os negros, subrepresentados, quando comparados à composição do conjunto da população brasileira.